

Na prática, resultados ainda demoram

Paulenir Constâncio

O acordo de renegociação da dívida externa levará algum tempo para produzir efeitos sobre a vida dos brasileiros. A população, muito provavelmente, terá de aguardar sinais de reaquecimento da economia para começar a contar com mais empregos e melhores condições de vida. Ainda é preciso melhorar o poder de compra dos salários, recuperar o mercado interno e implantar uma política eficaz de incentivos à exportação.

A análise é do economista e professor da Universidade de Brasília, Décio Garcia Munhoz. Para ele, "o acordo foi importante, embora tardio", mas falta uma política de competitividade para a indústria, aumento da massa salarial e diminuição da taxa de juros para aquecer o setor produtivo.

São esses os ingredientes necessários para aumentar a oferta de bens e serviços e mobilizar a mão-de-obra, reativando o mer-

cado de trabalho. Em junho, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o nível de emprego no País atingiu seu mais baixo índice desde 1980.

Munhoz avalia que o País ocupa uma posição privilegiada no mercado exportador, por ser o único no Terceiro Mundo que tem mais de 70 por cento de sua pauta composta de industrializados e semi-industrializados. Por isso, os saldos da balança de pagamentos podem ser mantidos superavitários. O que falta, de acordo com o economista, é uma política de incentivos ao setor, aliada à preservação do mercado interno, que experimenta um processo de abertura suicida. Sem isso, haveria o risco de um retrocesso na pauta de exportações rumo aos produtos primários, incapaz de assegurar a manutenção dos superávits.

Juros — Segundo ele, há dinheiro suficiente na economia para chegar aos efeitos esperados

da consolidação do processo de negociação da dívida e da reintegração do País no mercado externo, mesmo que não entre dinheiro novo com o acordo. Décio voltou a pregar uma mudança na política de juros. Ele avalia que o setor financeiro é o único que vem ganhando com a atual política monetária que inibe o setor produtivo.

Na opinião de Munhoz, o impulso para a retomada do crescimento não virá da reforma fiscal, como prega o Governo. O economista vê, apenas, um aumento brutal na carga tributária, que vai transferir do setor privado para o setor público mais 30 por cento do Produto Interno Bruto. Os cálculos são da própria Comissão Especial do Governo, que estuda o assunto. Os técnicos prevêem um incremento de 1,2 bilhão de dólares na arrecadação, sem oferecer alternativas de crescimento do PIB na mesma ordem. O resultado vai ser o aumento do mercado informal e da sonegação.